

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.337 - AL (2019/0337122-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JOSEPH LEANDRO MONTEIRO SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : RONALD PINHEIRO RODRIGUES - AL014732
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JOSEPH LEANDRO MONTEIRO SANTOS contra acórdão da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC nº 0803346-31.2019.8.02.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 6/5/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/06. A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 103/108):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SUPOSTA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. NÃO VERIFICAÇÃO. ELEMENTOS QUE INDICAM A NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUPOSTO TRANSPORTE DE DROGAS PARA DISTRIBUIÇÃO EM BAIRRO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. UNÂNIME.

No presente recurso, a defesa ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente, em especial a primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita. Afirma que a prisão carece de fundamentos concretos e reais. Entende que seria suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, ou sua substituição pelas medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Contrarrazões às e-STJ fls. 292/294.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 301/302), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 307/311).

É o relatório. **Decido.**

Busca-se, em síntese, a revogação da prisão preventiva imposta ao recorrente, sendo-lhe imputado o suposto cometimento do delito do artigo 33 da Lei n. 11.343/2006.

A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

Na hipótese, colhe-se do acórdão recorrido o seguinte teor (e-STJ fls. 106/108):

Conforme relatado, o presente Writ foi ajuizado pelo impetrante com a finalidade de restabelecer a liberdade do paciente, alegando, precipuamente, que inexistem, na decisão atacada, elementos concretos e suficientes para a decretação e manutenção da prisão cautelar.

De início, importa salientar que a prisão processual constitui medida excepcional, para cuja decretação e manutenção se requer que sejam verificados os requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, de modo que a decisão que imponha a medida acautelatória deve indicar, com clareza, os fatos que a induziram, bem como a imprescindibilidade de sua adoção.

A esse respeito, veja-se a redação do art. 312 do Código de

Processo Penal, in verbis:

"Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria."

Compulsando os autos, verifica-se que o paciente foi preso em flagrante no dia 07 de maio do ano corrente, pela suposta prática de tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei nº 11.343/2006) e teve a medida convertida em prisão preventiva no dia seguinte, sob o fundamento da garantia da ordem pública, conforme se depreende do trecho a seguir transcrito do termo de audiência constante às fls. 76/80:

*"[...] Conforme se verifica na fundamentação constante na mídia em anexa, a prisão preventiva se faz necessária para a garantia da ordem pública. O autuado Alexsandro possui outras ações penais em andamento em seu desfavor, sendo duas delas por tráfico de substância entorpecentes, demonstrando uma reiteração delitiva. Ademais, consta dos autos que fora encontrada em sua residência uma quantidade bastante expressiva de drogas, havendo indícios suficientes acerca de autoria e prova da materialidade delitiva. Com isso, denota-se indícios de comercialização de substâncias entorpecentes. Ademais a pena máxima cominada ao fato crime ora em análise é superior a quatro anos, estando presentes os fundamentos e requisitos do decreto preventivo. **Com relação ao autuado Joseph, segundo consta nos autos, fora encontrado no veículo conduzido por ele uma quantidade também bastante expressiva de drogas, ensejando comercialização de substância entorpecente.**[...] "*

Com efeito, verifica-se que a prisão preventiva foi decretada, com base na garantia da ordem pública, que se mostra ameaçada pela suposta prática delitiva dotada de grande lesividade aos bens juridicamente tutelados, tendo em vista que, consoante extrai-se da exordial acusatória, o paciente é motorista do aplicativo Uber, e, na ocasião do flagrante, admitiu estar transportando entorpecentes (maconha) no porta malas do carro, a fim de distribuir em alguns pontos do bairro, muito embora tenha negado a suposta prática delitiva perante a autoridade policial.

Ademais, consta da denúncia que após o paciente ser questionado, este asseverou que também teria mais droga escondida com o comparsa Alexsandro Avelino dos Santos,

relatando seu endereço, oportunidade em que os policiais foram ao local e apreenderam 6,300 kg de maconha, escondida na cozinha do imóvel de Alessandro.

Neste diapasão, constata-se a necessidade de manutenção da prisão preventiva do paciente, tendo em vista a quantidade de drogas apreendida em todo o contexto criminoso, demonstrando alta periculosidade social e risco à ordem pública, com uso de veículo utilizado como transporte de aplicativo Uber para, supostamente, fins ilícitos de distribuição de drogas, colocando em risco à paz social e a segurança dos passageiros.

*No ponto, constato a inexistência de irregularidade quanto à motivação lançada pela autoridade apontada como coatora, uma vez que a decretação da segregação cautelar do paciente se pautou em elementos concretos que indicam, em tese, a autoria dele no crime de tráfico de drogas, tendo o Magistrado observado que a materialidade e os indícios de autoria, formadores do pressuposto *fumus commissi delicti*, restaram caracterizados.*

Os argumentos apontados demonstram a gravidade do delito e a periculosidade do agente, de modo que, uma vez presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, acertadamente agiu o magistrado de primeiro grau, havendo razões suficientes para decidir pela impossibilidade de aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão, visto que, se posto em liberdade, acarretaria um sentimento difuso de insegurança.

Nessa senda, não há que se falar em constrangimento ilegal, porquanto a custódia preventiva do acusado foi imposta mediante idônea motivação, com fundamentos suficientes para a manutenção da prisão, tendo em vista que, conforme demonstrado, assentou-se em circunstâncias concretas.

Por fim, cumpre salientar que, assim como o princípio da presunção de inocência, a prisão cautelar também está prevista na Constituição Federal, razão pela qual a sua manutenção, mesmo sem condenação definitiva, não constitui constrangimento ilegal algum, devendo ser preservada a medida extrema em desfavor do paciente, com o intuito de assegurar a incolumidade da ordem pública.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do presente Habeas Corpus para, no mérito, DENEGAR a Ordem impetrada, por entender inexistir constrangimento ilegal apto a ensejar a sua concessão. (g.n.).

Como se vê, a segregação cautelar foi preservada pelo Tribunal *a quo* em razão da periculosidade social do agente, considerando a expressiva quantidade dos entorpecentes apreendidos - 6,3kg de maconha - no contexto criminoso envolvendo o acusado e um comparsa, bem como a constatação do uso de veículo automotivo pelo paciente, utilizado ao mesmo tempo como transporte de passageiros (Uber), para a finalidade ilícita de distribuição dos entorpecentes, circunstâncias essas que indicam a gravidade exacerbada da conduta imputada e um suposto envolvimento significativo dos agentes com o tráfico, justificando-se, nesse contexto, a segregação cautelar como forma de resguardar a ordem pública e de conter a reiteração delitiva.

Com efeito, *se a conduta do agente – seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime – revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despiciendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade* (HC n. 296.381/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

Noutra perspectiva, *[o] magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal preconiza que a grande quantidade de droga apreendida, entre outros aspectos, justifica a necessidade da custódia cautelar para a preservação da ordem pública. Precedentes* (RHC n. 116.709, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 11/6/2013, publicado em 23/8/2013).

Registre-se, ademais, que as condições subjetivas favoráveis do recorrente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

No sentido do até então exposto, destaco os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE

DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGAS. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA COM EVENTUAL PENA A SER IMPOSTA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente pela quantidade da droga apreendida (88 trouxinhas de maconha pesando 414,54 gramas), circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema. Precedentes.

IV - Não analisada pelo eg. Tribunal a quo a questão atinente à desproporcionalidade entre a prisão preventiva e eventual pena a ser aplicada, não cabe a esta Corte examinar o tema, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 493.229/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA

TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 29/03/2019)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Havendo fundamentação concreta para a manutenção da prisão preventiva a evidenciar a necessidade da rigorosa providência, não há falar em substituição da custódia cautelar por medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, bem evidenciada pela quantidade da droga apreendida (quase 1/2 kg de maconha). Precedentes.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favoráveis não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada.

(HC 479.374/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019)

De outro vértice, não prospera a assertiva de que a custódia cautelar é desproporcional à futura pena do paciente, pois só a conclusão da instrução criminal será capaz de revelar qual será a pena adequada e o regime ideal para o seu cumprimento, sendo inviável essa discussão nesta ação de Habeas Corpus (HC n. 187.669/BA, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Quinta Turma, julgado em 24/5/2011, DJe 27/6/2011).

Por fim, estando presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, incabível é a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, sendo certo também que, à luz das circunstâncias fáticas anteriormente relatadas, bem como dos precedentes acima colacionados, providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da custódia cautelar, elencados no art. 312 do CPP, não se vislumbra constrangimento ilegal a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator